



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº TRF2-ACC-2021/00009

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/RJ.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-ADM-2021/00055

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20081-000, doravante denominado simplesmente **TRF2**, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Messod Azulay Neto**, e a **Câmara Municipal do Rio de Janeiro/RJ**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 51.642.635/0001-23, com sede na Praça Floriano, s/nº - sala 20B – Cinelândia – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-050, Tel.: (21) 3814-2660 / 2661, Telefax: (21) 2220-7642, e-mail: presidencia@camara.rj.gov.br, doravante denominada simplesmente **Câmara Municipal**, representada neste ato por seu **Presidente, Sr. Carlo Caiado**, resolvem firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, na forma prevista no art. 116 da Lei nº 8.666/93, no que couber, e demais legislações pertinentes, bem como pelas Cláusulas e Condições a seguir enumeradas:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Acordo tem por objeto a cooperação e o intercâmbio na área de Tecnologia da Informação e Gestão Documental entre os participantes para viabilizar a adoção, pela **Câmara Municipal**, de métodos, procedimentos, sistemas e outros recursos de tecnologia da informação e gestão documental, visando à eficiência na área administrativa, com ênfase no tratamento e organização de fluxos de trabalho, expedientes e documentos, em particular a instalação, implantação e acompanhamento do Sistema Integrado de Gestão Administrativa SIGA.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:

2.1 – A execução das atividades acordadas neste Acordo obedecerá ao Cronograma de Execução estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

/

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

3.1 – Os signatários do presente Acordo comprometem-se a realizar as obrigações, conforme descrição a seguir, a fim de cumprir o objeto nele estabelecido.

3.2 – Cabe ao TRF2:

3.2.1 – no que concerne à área de tecnologia da informação:

3.2.1.1 - fornecer, sem ônus para a **Câmara Municipal**, as características construtivas, com transferência da tecnologia necessária à efetiva implantação e operação do sistema;

3.2.1.2 – prestar apoio técnico à **Câmara Municipal**, visando orientar sobre os aspectos arquiteturais do sistema e facilitar o desenvolvimento de novas funcionalidades inerentes à implantação do SIGA, para atender às necessidades específicas da **Câmara Municipal**, contanto que não comprometa a sustentabilidade dos serviços do **TRF2** e o andamento dos demais projetos, disponibilizando, para tanto, as versões atualizadas do *software* em conformidade com o padrão implantado;

3.2.1.3 – coordenar as atividades de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema SIGA, especificando, distribuindo e gerenciando tarefas que possam ser desenvolvidas em parceria com a **Câmara Municipal**, de acordo com a possibilidade de atendimento da equipe técnica e prioridades definidas pelo **TRF2**.

3.2.2 – no que concerne à área de gestão documental:

3.2.2.1 – treinar e capacitar, durante o processo de implantação inicial do SIGA, nas dependências da **Câmara Municipal**, caso seja de seu



interesse, grupos de servidores de suas unidades, cabendo aos instrutores do **TRF2** o recebimento da Gratificação por Encargo de Curso custeado pela **Câmara Municipal**, desde que formalizado acordo complementar acerca de tal objeto;

a) O deslocamento à sede da **Câmara Municipal** não poderá acarretar nenhum prejuízo à manutenção e funcionamento das atividades das Unidades Administrativas de Gestão Documental no **TRF2** e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

3.2.2.2 – fornecer material didático como apostilas, manuais relativos às funcionalidades do SIGA;

3.2.2.3 – treinar e capacitar, nas dependências da **Câmara Municipal**, servidores que irão atuar como multiplicadores, caso seja do interesse da mesma;

a) O deslocamento à sede da **Câmara Municipal** não poderá acarretar nenhum prejuízo à manutenção e funcionamento das atividades das Unidades Administrativas de Gestão Documental no **TRF2** e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

3.2.2.4 - orientar os servidores da **Câmara Municipal** acerca de aspectos normativos concernentes ao processo de implantação inicial do SIGA;

3.2.2.5 - orientar os servidores da **Câmara Municipal** na definição e customização de *templates* a serem inseridos no SIGA.

3.3 – Cabe à **Câmara Municipal**:

3.3.1 – disponibilizar e operar toda infraestrutura administrativa e tecnológica necessária ao cumprimento do objeto do presente Acordo;

3.3.2 – indicar e liberar os servidores que participarão das ações de capacitação sobre as funcionalidades do sistema;

3.3.2.1 – informar à área de capacitação do **TRF2** as horas pagas aos servidores da Justiça Federal da 2ª Região com ações de capacitação, caso tenha havido solicitação formal da **Câmara Municipal** neste sentido, para fins de compensação conforme previsto no art. 76- A, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, discriminando as horas realizadas por dia;

3.3.3 - emitir passagens aéreas e conceder diárias aos servidores do **TRF2**, sempre que houver necessidade de deslocamento às dependências da **Câmara Municipal**, desde que necessário ao cumprimento das obrigações



estabelecidas na Cláusula Terceira, desde que formalizado acordo complementar acerca de tal objeto;

3.3.3.1 - Valores de diárias e Gratificação por Encargo de Curso destinados aos servidores do **TRF2** não devem ser inferiores ao padrão adotado pela Justiça Federal;

3.3.4 – arcar com as despesas advindas da aquisição de itens e contratação de serviços relacionados à preparação da infraestrutura, capacitação de servidores e implantação de sistemas;

3.3.5 – criar equipe de servidores com conhecimentos em gestão documental, designando servidor que irá atuar como ponto focal para concentrar as demandas da área de GD;

3.3.6 – prestar o suporte interno aos usuários do sistema;

3.3.7 – custear a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema no ambiente da **Câmara Municipal**;

3.3.8 - preservar o nome, a logomarca no canto superior esquerdo da janela e a identidade visual do sistema, podendo acrescentar logo da **Câmara Municipal** ao lado da logomarca do sistema;

3.3.9 - as *URLs* de acesso ao sistema devem iniciar com o endereço nome dos sistemas utilizados: Ex: <https://sigadoc>;

3.3.10 - as ações de divulgação da implantação e uso do sistema devem citar a parceria com o **TRF2** e o nome do sistema;

3.3.11 - submeter todas as alterações no código para aprovação do Comitê Interinstitucional do Sistema;

3.3.12 - Caso a **Câmara Municipal** tenha intenção de contribuir com a evolução do produto, realizar alterações no código fonte dos sistemas, deverá alocar técnicos para atuar no desenvolvimento colaborativo e aperfeiçoamento de funcionalidades, em parceria com o **TRF2**, que coordenará tais atividades, devendo observar os seguintes parâmetros:

3.3.12.1 - designar equipe de, no mínimo, 02 (*dois*) desenvolvedores *Java* para sustentação do sistema, sendo 01 (*um*) servidor com conhecimento em *freemarker* e 01 (*um*) ponto focal para concentrar demandas de TI;

3.3.12.2 - utilizar o ambiente do *GitHub* do projeto como repositório para o desenvolvimento de novas funcionalidades. Caso seja necessário realizar um *fork*, o mesmo deve ser mantido no próprio *GitHub*.



4 - CLÁUSULA QUARTA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE:

4.1 - Os partícipes obrigam-se de maneira irrevogável, por si, por seus servidores, colaboradores, representantes e prepostos, a manter o sigilo e a confidencialidade das informações e documentos a que tenham acesso em razão do objeto desta parceria, não podendo revelá-los ou transmiti-los a terceiros, sem a autorização prévia e expressa da outra PARTE.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1 - O presente Acordo terá vigência de 60 (*sessenta*) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente, por igual período, exceto se houver manifestação contrária dos partícipes, nos termos da lei.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO:

6.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (*trinta*) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação e, unilateralmente e imediatamente, por infração de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Acordo.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO:

7.1 – Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo.

7.2 – Os partícipes designarão pelo menos 02 (*dois*) representantes, sendo 01 (*um*) da área de TI e 01 (*um*) da área de negócio, para compor o Comitê Gestor Institucional do Sistema SIGA.

7.2.1 – O Comitê deverá se reunir periodicamente, presencialmente ou por videoconferência, sendo recomendada pelo menos 01 (*uma*) reunião por trimestre.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1 - O presente Acordo não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes. As ações resultantes deste ajuste que implicarem transferência ou cessão de recursos financeiros entre os partícipes serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

9 - CLÁUSULA NONA – DA AÇÃO PROMOCIONAL:

9.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Acordo será, obrigatoriamente, destacada a colaboração dos partícipes, observado o disposto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fundamento Legal: Art. 116 da Lei nº 8.666/93

Proc. TRF2-ADM-2021/00055

no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

10.1 – Aplicam-se à execução deste Acordo, no que couber, a Lei nº 8.666/93, os princípios de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

11.1 – Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do **TRF2**.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

12.1 – Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, mediante Termo Aditivo, a fim de aperfeiçoar a execução dos serviços, exceto no tocante ao seu objeto.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 - O Foro para solucionar eventuais dúvidas ou controvérsias que decorrerem da execução deste Termo de Acordo será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

13.2 - E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento termo em 02 (*duas*) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2.021.

DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

CARLO CAIADO
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Presidente



Plano de Trabalho

Objetivo

Cooperação e intercâmbio nas áreas de Gestão Documental e Tecnologia da Informação entre os participantes visando à utilização do SIGA pela **Câmara de Municipal**.

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Assinatura do Acordo de Cooperação	Câmara Municipal e TRF2	----
2	Instalação . Transferência de conhecimentos do TRF2 para a Câmara Municipal . Disponibilização de ambientes de homologação e produção na Câmara Municipal	Câmara Municipal e TRF2 (STI)	30 (trinta) dias, após item 1
3	Customização para utilização pela Câmara Municipal . Acompanhamento e homologação de <i>templates</i> desenvolvidos para os projetos piloto	Câmara Municipal e TRF2 (COSIGA)	30 (trinta) dias, após item 1
4	Implantação . Publicação de Diretriz . Designação de comitê . Início da operação em produção	Câmara Municipal	120 (<i>cento e vinte</i>) dias, após item 1
5	Expansão . Criação de novas funcionalidades, caso seja do interesse da Câmara Municipal	Câmara Municipal	180 (<i>cento e oitenta</i>) dias, após item 1

